

**A INFÂNCIA DO GÊNERO:
A VISIBILIDADE
DAS CRIANÇAS NA
PRÉ-HISTÓRIA DO NORTE
DE MINAS GERAIS***



ARTIGO

GLAUCIA MALERBA SENE**

Resumo: *Partindo da ideia de que a construção de gênero se dá ao longo do tempo, consideramos fundamental inserirmos a infância como elemento estruturante nesse processo. Como gênero, a infância também é uma construção social, que além de dinâmica e contextual, é também histórica, uma vez que está fortemente vinculada aos diferentes estágios da vida. Nosso estudo busca demonstrar a relação entre gênero, idade e socialização, e como sua construção se dá a partir da infância, tendo como referência analítica os contextos funerários de crianças da Gruta do Gentio II, em Minas Gerais. Não tivemos como foco um estudo meramente bioarqueológico, mas de modo especial os itens diagnósticos dos contextos funerários, com base os pressupostos teóricos da arqueologia contextual, de gênero, identidade e da infância, numa perspectiva dialética e transdisciplinar com a antropologia e a história.*

Keywords: *Gênero. Idade. Crianças. Ritual Funerário.*

A temática de gênero pode ser considerada como um divisor de águas no que tange à produção de conhecimento dentro das ciências humanas e sociais, conjugando reflexões da teoria feminista, teoria arqueológica e estudos de cultura material.

* Recebido em: 10.03.2018. Aprovado em: 08.06.2018,

** Professora no Departamento de Arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pós-Doutora pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ). Doutora e Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo (MAE/USP). Bacharel em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). *E-mail:* gmalerba@hotmail.com

Partindo da ideia de que a construção de gênero se dá ao longo do tempo, consideramos fundamental inserirmos a infância como elemento estruturante nesse processo. Como gênero, a infância também é uma construção social, que além de dinâmica e contextual, é também histórica, uma vez que está fortemente vinculada aos diferentes estágios da vida. Os papéis e *status* das crianças variam sincrônica e diacronicamente dentro de uma sociedade (KAMP, 2009).

Nosso estudo do universo infantil na pré-histórica brasileira tem como referência analítica os contextos funerários de crianças e suas materialidades, aqui representadas por uma miríade de frágeis exemplares ósseos e dentários, vinculados a artefatos diagnósticos. Entretanto, não tivemos como foco principal o estudo dos remanescentes ósseos e dentários das crianças, mas principalmente os contextos funerários aos quais estão relacionados, e tudo que os envolve. Nossa base teórica relaciona-se aos pressupostos teóricos da arqueologia contextual, de gênero, da identidade e da infância, numa perspectiva dialética e transdisciplinar com antropologia e a história, utilizando métodos e técnicas de abordagem e procedimento de cunho arqueológico e bioarqueológico, cada qual contribuindo a seu modo para dar maior visibilidade aos pequenos agentes sociais da pré-história brasileira.

A natureza dos artefatos associados com as estruturas funerárias das crianças pode representar o reconhecimento das habilidades práticas e sociais de uma sociedade, bem como as similaridades entre os enterramentos de crianças e adultos podem refletir a idealização da vida adulta (LILLEHAMMER, 2000, p. 22).

Nosso referencial foi o sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unaí, Minas Gerais, do qual analisamos contextos funerários infantis, selecionando alguns a fim de demonstrar a visibilidade e importância das crianças de diferentes faixas etárias dentro da estrutura social dos grupos humanos passados.

Se a meta é compreender como as crianças contribuem para a cultura, segundo Hirschfeld (2002, p. 611) deveríamos ir além, penetrando na vida das crianças com outras crianças, ou seja, em algo que poderíamos denominar de “cultura das crianças”. Não parece, contudo, uma tarefa fácil do ponto de vista da arqueologia, pois não temos como dialogar efetivamente com as crianças sem conseguirmos ouvir suas vozes, ao contrário da antropologia, sociologia e psicologia. Nossa via de observação e reflexão consubstancia-se fenomenologicamente, então, através dos outros sentidos que não a audição.

A noção de cultura da infância, todavia, captura mais que uma proposta especial de atividades relacionadas à criança. As culturas das crianças incorporam ambientes elaborados e substanciais que não são apenas distintos do mundo dos adultos no qual estão inseridas. As crianças mantêm um rico repertório de jogos e sons – formas culturais – que parece não estar vinculado à cultura adulta, mas são formas que passam de criança para criança, além da influência dos adultos sem que eles as percebam (HIRSCHFELD, 2002, p. 615).

Dentro do universo adulto, as crianças até o final da primeira infância estão fortemente associadas às mulheres e suas áreas de influência acabam sendo a casa e a cozinha. No entanto, suas atividades contribuem fortemente para os resultados das tarefas dos adultos, ainda que os méritos recaiam apenas sobre eles. As crianças não só

vivem ao redor dos adultos, com quem compartilham os espaços da vida, mas criam e mantêm seus próprios mundos (CAPUTO, 1995; JAMES; PROUT, 1990; HIRSCHFELD, 2002).

A meta de uma criança não é tornar-se um adulto bem sucedido, é ser uma criança bem sucedida... As crianças não são membros incompetentes da sociedade dos adultos, elas são membros competentes de sua própria sociedade, que tem seus próprios padrões e sua própria cultura... A cultura das crianças está perdidamente inserida na cultura dos adultos dentro da qual se insere... Elas adaptam a maioria da cultura adulta às suas próprias propostas e incluem elementos que estão ausentes (HARRIS, 1998, p.198-199).

Os Caminhos do Estudo da Infância

Na verdade, o estudo de arqueologia da infância não começou necessariamente pelas portas da arqueologia, mas sim da antropologia, através dos trabalhos de Ruth Benedict (1935, 2013) entre os Zuni (Novo México, na América do Norte), Kwakiutl (Vancouver Island) e Dobu (Melanésia) e de Margareth Mead (2001) entre os grupos nativos de Samoa, na Polinésia, nas décadas de 1920 e 30, entre outros pesquisadores, vinculados à Escola Americana de Cultura e Personalidade. Contudo, é somente na década de 60 que as crianças passam a ser estudadas de maneira inovadora, por meio de reformulações do conceito de cultura e sociedade e introdução da teoria da agência. À época, a transferência de conhecimentos da antropologia para arqueologia foi inevitável, especialmente dentro de um contexto mais amplo de estudo de gênero.

Em meio à efervescência inicial da arqueologia de gênero da década de 80, Lillehammer (1989) escreveu um artigo que muitos pesquisadores consideram como o primeiro sobre arqueologia da infância, definindo o universo infantil e as relações das crianças com o ambiente, os adultos e outras crianças, além de ressaltar como a arqueologia tem sido limitada em suas contribuições sobre a infância. Foi também a primeira a sugerir o uso dos enterramentos, artefatos, etnografia e osteologia no sentido de conhecer a relação da criança com meio e com o mundo dos adultos.

Após um período de retração que se estendeu até a segunda metade da década de 90, uma nova leva de publicações e pesquisadores interessados na arqueologia da infância começou a surgir no contexto norte-americano, europeu e asiático (BAXTER, 2000, 2005, 2006; BAKER, 1997; SOFAER, 1994, 1994a, 1994b, 1997, 1998, 2000, FINLEY, 1997; LILLIE, 1997; REGA, 1997; CHAMBERLAIN, 1997; BAGWELL, 2002; GREENFIELD, 2000; HIRSCHFELD, 2002; KAMP, 1999, 2001, 2002, LILLEHAMMER, 2000; MOORE, SCOTT, 1997; PARK, 1998; PIPER, 2002; SILLAR, 1994; WHITTLESEY, 2002; WILKIE, 2000).

Os autores citados têm apresentado diferentes reflexões a respeito das crianças no contexto arqueológico, mas consensualmente todos consideram as crianças como “atores culturais”, capazes de tomar decisões importantes para o seu próprio bem-estar e de contribuir efetivamente com suas famílias, comunidades e sociedades. Ademais, os estudos de arqueologia da infância não devem perder de vista que as crianças mantêm profundas relações com os outros e com o mundo ao seu redor, como parte de um processo dialético de ensino e aprendizagem, fundamental no desenvolvimento, na manutenção e evolução de outras categorias, tais como gênero e etnicidade (SOFAER-DEREVENSKI, 1994; BAXTER, 2005).

Do ponto vista da bioarqueologia, alguns autores começam a se destacar (BOGIN, 1997, 1998; BAXTER, 2005), propondo o uso da categoria fisiológica e cronológica para determinar a categoria social, dentro de uma visão evolucionista. Concomitantemente, Sofaer (1997) sugere a utilização dos estágios de desenvolvimento como referencial dentro de um estudo mais amplo de gênero, uma vez que estão frequentemente relacionados à causa da morte das crianças.

Atualmente, os remanescentes ósseos e dentários de crianças e adolescentes têm recebido mais atenção, através dos estudos detalhados de anatomia, dos traumas, das doenças e da nutrição e do aprimoramento das técnicas de determinação de sexo e idade. A ampliação e disponibilização de coleções de referência na Europa e América do Norte têm sido fundamentais para isto. A tal ponto que hoje é possível determinar sexo e idade com uma margem de acerto acima de 75%.

As técnicas modernas de DNA, exames de imagem em alta resolução e análises químicas de elementos-traço e de isótopos têm permitido um refinamento no conhecimento da infância jamais pensado há décadas atrás.

Assim, “estudar crianças arqueologicamente é um desafio inerentemente interdisciplinar” (BAXTER, 2006). Neste sentido, destacamos também as contribuições fundamentais das pesquisas antropológicas, históricas e etnoarqueológicas sobre o universo infantil entre populações caçadoras coletoras e horticultoras. As antropológicas, por sinal, sobressaem-se dentre as demais, não só pela posição vanguardista que ocupa em relação a esses estudos, mas também pelo grau de amadurecimento teórico alcançado.

Ainda que a história, de modo especial, faça referência ao não-lugar da infância até a Idade Média, cabe a arqueologia questionar e demonstrar a presença e a importância da criança em tempos mais recuados, a pré-história, cujo caso de estudo aqui selecionado buscou evidenciar.

Gênero e Idade

O despertar de uma consciência sobre a importância da idade veio à tona com os estudos feministas e de gênero, uma vez que ela é a única identidade que tem a expectativa de mudança ao longo da vida de um indivíduo. Como a idade não é uma categoria da natureza, mas uma categoria socialmente construída, e neste sentido não pode ser estudada de forma isolada de outros aspectos relacionados à identidade, tais como gênero, status e etnicidade (LUCY, 2005; JAMES; PROUT, 1990).

Segundo Escórcio (2008, p. 38), idade e gênero são elementos essenciais na construção social da diferença, ainda que haja uma tendência a ignorar as crianças pré-históricas, negando sua visibilidade nas tão consagradas temáticas abordadas, tais como estratégias de sobrevivência, organização social, crescimento populacional e mudança cultural.

De acordo com Ginn e Arber (1995), há diferentes significados para o termo ‘idade’. O primeiro seria a idade cronológica, contado a partir da data de nascimento, o segundo seria a idade fisiológica, relacionado à estrutura física do corpo, e por último o terceiro significado, vinculado ao comportamento e às atitudes sociais de acordo com cada fase da vida. Para eles, cada dimensão está inequivocamente inter-relacionada à outra e varia de sociedade para sociedade. Neste sentido, enquanto na Grã-Bretanha as crianças devem legalmente ter babá até a idade de 12 anos, em outras sociedades com essa idade elas já poderiam se casar.

É preciso lembrar que os estágios de vida definidos como infância, adolescência, maturidade e velhice foram criados pela sociedade ocidental e nem todas as culturas fazem estas mesmas divisões. A adolescência, por exemplo, trata-se de um conceito relativamente recente (SCHLEGEL, 1995).

Segundo Sofaer (1994), as crianças ocidentais seriam mais marginalizadas da sociedade em função do nível de dependência imposto pelos adultos, gerando a falsa noção de que suas atividades e concepções são insignificantes. Para Hockey e James (1993), a ênfase nas diferenças mais que nas similaridades entre adultos e crianças é outro fator importante para o aumento da marginalização e dependência econômica, política e social das crianças. Daí a exclusão equivocada da infância do processo de construção de gênero na sociedade ocidental ao contrário de inúmeras culturas nativas antigas e atuais.

O gênero, com suas interfaces com sexualidade e reprodução, está integralmente interconectado com toda a história e fases de vida de um indivíduo, mas não é algo que se adquire automaticamente, tem de ser aprendido. As crianças vão paulatinamente adquirindo uma consciência e uma identidade de gênero, passando a desempenhar um papel social e a compartilhar uma ideologia de gênero. As mudanças de gênero vão sendo absorvidas, aprendidas e exercidas sob a tutela das regras de gênero do grupo e variando de acordo com a idade do indivíduo (SOFAER, 1997). Segundo Oakley (1972), a criança normalmente já tem um forte conhecimento da identidade sexual ao redor de 4 anos, quando também já passa a perceber os diferentes papéis de gênero.

Estudos recentes de grupos caçadores coletores na África, Ásia e América têm apresentado algumas reflexões importantes sobre as crianças, com base numa análise, segundo eles, de um “modo de pensamento”, não de um “modo de produção” (HEWLETT; LAMB, 2005; BARNARD, 2002). Neste sentido, caem por terra vários postulados comportamentais baseados nas pesquisas das décadas de 60 e 70 sobre os !Kung, na África, e emergem novas categorias de reflexão.

Segundo eles, em cinco dos grupos culturais estudados, o período de amamentação e desmame demonstra ser mais curto, com duração média de 23 meses e intervalo entre os nascimentos com cerca de 38 meses, ao contrário dos 42 e 48 meses para os !Kung respectivamente. Mesmo assim, cabe à mãe e aos demais cuidadores o compartilhamento das responsabilidades pela alimentação da criança até que ela se torne adulta, fato que comumente se dá com o casamento, normalmente entre 12 e 18 anos.

Sai de cena a figura exclusiva da mãe como a única responsável pela sobrevivência da criança e principal elo na ligação com o mundo, surgindo um grupo extremamente atuante de pessoas que compartilham essas funções com a mãe quando a mesma retoma suas atividades cotidianas. É bem verdade, que a figura maternal continua a ter primazia junto aos pequenos, e em nenhuma das sociedades estudadas, essa posição se vê ameaçada pelos demais “cuidadores”, especialmente no primeiro ano de vida, estendendo-se até o final da primeira infância, ou seja, até os cinco anos de idade.

O pai aparece na maioria das culturas pesquisadas, compartilhando das funções do cuidar desde o nascimento, fato que se intensifica em relação às crianças mais velhas no que tange à transferência de conhecimento, através de observação e imitação por delas, e posterior verbalização pelos pais. Assim, um novo perfil comportamental caçador-coletor pede passagem, rompendo com a visão da sociedade ocidental, embasados em modelos psicológicos estanques sobre ensino, aprendizagem e cognição, com base no contato e cuidado de uma única pessoa, no caso, a mãe. Segundo Konner

(2005, p. 36), “o cuidado maternal exclusivo é inexistente, mas a preferência pela mãe é um padrão recorrente durante a infância dos caçadores coletores”.

A interação com as demais crianças intensifica-se a partir dos 3 ou 4 anos, sem que sejam necessariamente separadas por sexo e idade. Somente a partir dos 8 anos de idade em média, é que as responsabilidades das crianças com a subsistência instalam-se efetivamente, mesmo que em caráter facultativo em alguns grupos e mais intensas em outros, desde que sejam compatíveis com o tempo e o espaço para as brincadeiras.

Mesmo sem uma preocupação em construir um modelo para a infância caçadora coletora como no passado, os estudos etnográficos recentes de grande relevância científica acenam para a possibilidade de algumas generalizações sobre o contato físico, a preferência pela figura materna, o frequente afeto e cuidado, a flexibilidade nas punições, as responsabilidades infantis e o baixo controle sexual na adolescência.

Segundo Rangel (1999, p. 47), as classes de idade em sociedades indígenas não são definidas sempre da mesma forma. Algumas delas remetem, por exemplo, para classificações mais detalhadas, a saber: crianças que ainda não andam, crianças que andam até os primeiros sinais de puberdade, jovens em processo de iniciação, casados sem filhos, casados com um filho, com mais de um filho, entre outros.

Entre os Xikrin, uma etnia indígena da língua Jê, do sudoeste do Pará, Brasil, por exemplo, as crianças não aprendem simplesmente as relações sociais em que têm e terão de se engajar ao longo da vida, mas atuam em sua configuração. Elas constroem com relativa autonomia grande parte das relações sociais nas quais participarão durante a vida. Os Xikrin dizem que se adquire conhecimento por meio dos sentidos da visão e da audição; por isso, afirmam que suas crianças podem saber tudo, uma vez que podem testemunhar as mais variadas esferas da sociabilidade (COHN, 2005).

Na sociedade Jamamadi, da região dos rios Juruá e Purus, Amazonas, Brasil, as crianças devem se preparar para os papéis sociais (gênero) que irão desempenhar num futuro próximo. O treinamento começa cedo e está sempre vinculado ao sexo biológico de cada criança, ou seja, meninos acompanham os homens e as meninas, as mulheres. O processo de aprendizagem é contínuo e constante, tendo como base a imitação dos adultos masculinos e femininos, por meninos e meninas respectivamente, em suas atividades cotidianas, mas sem qualquer tipo de formalização educativa (RANGEL, 1999).

No entanto, as crianças também têm algo autêntico a dizer, uma vez que se socializam ao longo de uma relação dialética com os outros e com o mundo à sua volta, de tal modo que sua vivência, representações e modos próprios de ação e expressão devem justificadamente constituir objetos de pesquisa social (SILVA; NUNES, 2002, p. 22).

Entre os Xavante, tribo indígena do Mato Grosso, na região centro-oeste do Brasil, a fase da infância aparece quando a etapa de manifestação da individualidade da pessoa começa a florescer, sempre com plena liberdade a si e aos outros. Não há, contudo, uma categoria genérica referente à infância, com marcadores etários precisos como na sociedade ocidental. Existem categorias de idade para cada um dos gêneros, mas não necessariamente quantificadas em anos. Todos os indivíduos Xavante, inclusive as crianças, sabem a qual categoria pertencem (NUNES, 2011, p. 349).

A primeira categoria Xavante é *aiuté*, que engloba todos os bebês recém-nascidos e crianças de colo, independentemente do sexo. Trata-se de uma fase que se finda quando passam a andar, a falar e deixam de ser amamentados. A partir daí,

as categorias de idade passam a vincular-se a papéis de gênero, ou seja, diferenciadas para meninos e meninas. Para os meninos, a classificação seguinte é denominada de *watebremiti*, de 2-3 até 9-10 anos, seguida da categoria *airepudu*, de 9 a 12 anos, apresentando características semelhantes ao que chamamos de puberdade na sociedade ocidental. Nesse período, começam a ser chamados para atividades junto aos homens da aldeia (pescarias, idas à mata à noite, etc). A categoria chamada *wapté* os classifica como iniciados e os insere na vida adulta de forma abrupta, pois os meninos deixam a sua casa e passam a morar em grupo, numa casa construída especificamente para isso (NUNES, 2011, p. 344).

Entre as meninas, depois da categoria de idade *aiuté*, há uma subcategoria denominada *ba'ótóre*, que vai de 4 a 5 anos. Em seguida, surge uma nova categoria chamada *ba'õno*, que engloba meninas até o aparecimento dos seios. Quando o corpo passa a evidenciar as mudanças típicas da puberdade, entre 10 e 12 anos, as meninas passam para um novo estágio, denominado *adzarudu*. Quanto às atividades cotidianas, as duas últimas categorias passam acompanhar suas mães nas tarefas da roça, da casa e do rio, cuidam dos irmãos menores e brincam com as outras crianças. As responsabilidades e obrigações diárias das meninas *adzarudu* vão aumentando à medida que crescem. A passagem para adolescência é menos abrupta que a dos meninos, não havendo a separação das meninas do grupo doméstico ao qual pertencem (NUNES, 2011, p. 344-345).

Um dos aspectos potencialmente mais ricos do universo da criança Xavante é a sua presença ou, diria mesmo, onipresença na aldeia. Concomitantemente à presença está o olhar, a vivência dos espaços, e a permissividade e liberdade com que são vividos (...). Elas estabelecem laços pessoais que refletem traços de suas personalidades, sensibilidades, sentimentos, preferências, enfim, dimensões individuais, porém universais, que não submergem à força do coletivo que as envolve. Os adultos também vivem a sua individualidade, porém, na vida adulta Xavante é a dimensão coletiva que se exalta (NUNES, 2011, p. 349).

As crianças, apesar de tudo, ainda são consideradas apêndices da sociedade adulta, mas frequentemente são as figuras centrais (e normalmente silenciosas) em atividades importantes do cotidiano. Neste sentido, os ritos de passagem, bem como as noções de descendência e aliança demarcam incisivamente a presença das crianças e jovens em suas respectivas culturas, seres plenos de significados em todas as sociedades (HIRSCHFELD, 2002).

A relação entre gênero e idade parece ser consubstanciada e significativamente materializada por ocasião dos ritos de passagem, quando as crianças passam a participar da vida social do grupo e para tal recebem marcadores corporais de diferentes níveis e tipos, que variam de acordo com o grupo indígena ao qual pertencem.

Segundo Van Gennep (1978), por meio de sua publicação pioneira, em 1909, denominada *Les rites de passage*, há três fases distintas vinculadas à ideia de liminaridade: ritos de separação, ritos de margem e ritos de agregação. Através deles a trajetória dos sujeitos seria marcada por ininterruptas passagens de uma posição social para a outra, cujos ritos, regidos pela coletividade ao longo do tempo e do espaço, caracterizam-se pela necessidade do indivíduo de transformar a si mesmo a fim de viver em sociedade (SILVA; LUDORF, 2012, p. 1109). Segundo Da Matta (2000), os ritos de passagem foram mais recorrentemente estudados a partir da década de 60, sobretudo por Victor Turner.

Nas sociedades tribais, o dado mais crítico dos rituais de iniciação tem a ver com essa experiência radical, e ao mesmo tempo controlada, da individualidade e do afastamento da sociedade, pois por meio deles se engendra uma disciplina baseada em uma estranha dialética de independência e dependência quando se mostra aos neófitos as potencialidades do isolamento, da individualização e, ao mesmo tempo, incute-se neles uma lição profunda de complementaridade (...). No fundo, os ritos de passagem tratam de transformar individualidade em complementaridade, isolamento em interdependência, e autonomia em imersão na rede de relações que os ordálios, pelo contraste, estabelecem como um modelo de plenitude para a vida social (DA MATTA, 2000, p. 22-23).

Nas sociedades indígenas, todo o processo de treinamento visa não somente socializar, mas também transformar a criança num adulto independente, autônomo. Neste sentido, cada grupo social escolhe e define o momento de realizar os ritos de iniciação através dos quais as crianças serão inseridas no universo adulto definitivamente, que completa e ao mesmo tempo encerra um longo período de socialização e treinamento (RANGEL, 1999).

As marcas corporais femininas, a primeira menstruação especialmente, são o indicativo do momento que o ritual deve acontecer. Os rapazes, cujas marcas corporais são menos nítidas, mas que regulam em idade com as meninas que nasceram em período próximo a eles, são identificados por sua estatura, produção de esperma e, muitas vezes, entram em processo ritual muito cedo a partir de nove ou 10 anos. Os rituais de iniciação dos jovens podem durar de um a cinco anos, dependendo de como cada sociedade elabora o processo (RANGEL, 1999, p. 150).

Os ritos de iniciação variam consideravelmente de sociedade para sociedade, mas em boa parte delas observa-se a prática de usar marcadores materiais intra e extracorpóreos com forte carga simbólica que expressam individualidade, ao mesmo tempo que corroboram os valores sociais do grupo. Ao longo do processo, vários atores, com idades distintas e portadores de experiências diversas, são envolvidos e cada qual, a sua maneira, empenha-se para inculcar ao iniciado a importância do compartilhamento, da reciprocidade e da autonomia por meio de práticas comportamentais opostas.

A criança torna-se capaz de se identificar (a si mesma), de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível (dentro da estrutura e do mundo social) permeada pela dialética presente a cada momento em que o indivíduo se identifica com os outros, particularizando em sua vida a dialética geral da sociedade. (...) Destaca-se o fato dos indivíduos não somente absorverem papéis e atitudes dos outros, mas nesse processo, assumirem o mundo do outro (PEDRO, 1998, p. 32-33).

Criança e Materialidade: do Corpo ao Ritual Funerário

Para Lucy (2005), antes que as crianças possam ser consideradas agentes no passado, sua existência deve ser provada em termos concretos, é preciso saber onde elas estão. Como encontrá-las no registro arqueológico?

61 Tanto o gênero quanto idade são construídos, através da interação com a materialidade. Neste sentido, as crianças enquanto produtoras e consumidoras de cultura

material, não são só influenciadas pelos papéis de gênero que ora desempenham, mas são capazes de modificá-los (SOFAER, 1994, 2000; SORENSEN, 2000). “Como os objetos constroem o mundo físico de uma pessoa, eles atuam como condutores de comunicação e mantenedores de valores simbólicos... A cultura material pode não só criar como também reforça as concepções de idade” (LUCY, 2005, p. 62).

Um estudo etnográfico entre as sociedades Inuit tem demonstrado como as atividades cotidianas das crianças estão relacionadas, por exemplo, a uma grande quantidade de itens materiais em miniatura (PARK, 1998).

Há, contudo, um conjunto de vestígios materiais que podem ser considerados como marcadores da infância no registro arqueológico da pré-história brasileira, muitos dos quais vinculados a tratamentos corporais e presentes em contextos de ritual funerário, como demonstra nosso estudo de caso.

Segundo Silva, Castro e Lima (2011, p. 58), o *corpo* pode ser estudo *em si mesmo*, por meio de seus atributos físicos (dieta, condições de saúde, marcadores físicos, entre outros) e como *representação*, relacionada às imagens e construções do próprio corpo em diferentes cenários da vida.

A ideia do corpo como o primeiro e mais natural instrumento ou objeto técnico do homem foi inicialmente apresentado por Mauss (1974), no ensaio denominado “As técnicas corporais”, de 1934, no campo das ciências sociais. Para ele, o corpo faz parte de um complexo sistema simbólico que varia de sociedade para sociedade, tendo como base a tradição. Não há nada de natural nos atos corporais, pois todos eles são conduzidos pela cultura, em pleno e constante diálogo com o indivíduo. O sexo e a idade são determinantes na definição das técnicas corporais, que são aperfeiçoadas através do tempo e de aprendizado contínuo, no âmbito de uma dada sociedade.

Mais recentemente por Ingold (1998) e Sofaer (2006), o próprio corpo como cultura material, uma vez que as tradições culturais estão nele incorporadas. A materialidade do corpo é a materialidade do processo. O corpo é a expressão de valores e hábitos sociais, mas não é definitivamente um *container* biológico passivo pré-existente a ser completado com cultura num determinado ambiente com a presença e as atividades dos outros (INGOLD, 1998). Assim, nós literalmente incorporamos nossa história, uma história que é criada através da relação com os outros, com a materialidade e com o ambiente. Segundo Sofaer (2006), o esqueleto incorpora a história das relações sociais e é um artefato dessas relações.

Cada sociedade tem códigos através dos quais são expressos sentimentos, preferência por cores ou sons, gestos, sentidos, modos de vestir ou cortar o cabelo, de se pintar e ornamentar, de andar ou dançar... Sempre em estreita relação com o corpo e manifestando-se simbolicamente através deste (NUNES, 2011, p. 356).

Para entender o papel social das crianças na pré-história, é importante investigar como as mudanças no esqueleto podem estar relacionadas à maneira como o gênero, enquanto instituição social impactou o corpo ao longo do tempo e do espaço. A plasticidade do corpo não é definida ao nascimento, mas é o resultado de mudanças, decorrentes da ação humana, relacionada à prática social. Para Shanks e Tilley (1994), como outras formas de cultura material, o corpo não apenas reflete sistemas cognitivos e práticas sociais, mas está intimamente envolvido em sua formação e estruturação.

Ainda que a plasticidade dos corpos infantis não possa ser observada no registro arqueológico em sua plenitude pela maturidade incompleta dos esqueletos e pelas peculiaridades dos processos de formação, os contextos funerários fornecem pistas consistentes sobre esses pequenos atores sociais e seus papéis na construção de gênero. “As identidades de gênero são construídas, perpetuadas ou transformadas pela cultura material, podendo estar expressas nos acompanhamentos, adornos e associações funerárias” (SILVA *et al.*, 2011, p. 75).

Tratamentos funerários diferenciados podem ser vistos em diferentes contextos, relacionados a diferentes idades e papéis de gênero. Parece pertinente pensar que tais diferenciações podem estar também representando a personalidade e a habilidade da criança. A posição de deposição do corpo, direito ou esquerdo, a presença ou ausência de determinados tipos de artefatos podem fornecer pistas sobre as construções sociais de gênero e idade (SOFAER, 1997). Enfim, um exame detalhado dos contextos funerários pode lançar luzes sobre os papéis ideológicos que os diferentes grupos de idade desempenharam numa dada sociedade (LUCY, 2005).

A identidade pessoal e social (segundo o sexo, a idade, a atribuição de nome, o *status*, o papel cerimonial) também é comunicada através de uma linguagem simbólica consubstanciada no uso de objetos durante os rituais. Os significados desses símbolos nem sempre são explícitos ou conscientes para os próprios atores sociais (RIBEIRO, 1987, p. 22). Observamos, então, que há uma espécie de teia de significados envolvendo os rituais, principalmente os funerários. Evidentemente, a compreensão exata de todas as suas manifestações no registro arqueológico trata-se de uma tarefa extremamente difícil, mas com uma análise detalhada, algumas interpretações dos significados de determinados símbolos podem ser propostas (SENE, 1998).

Lembramos ainda que a presença de elementos no contexto funerário de crianças pode relacionar-se a um momento específico da vida delas ou algum tipo de estágio alcançado, por exemplo, um rito de passagem, podendo representar ao mesmo tempo sexo-gênero-idade.

O rito é desempenhado para marcar situações de liminaridade — passagem de um estágio do ciclo vital a outro (...). A teatralização intrínseca do rito exige a personificação dos seus participantes. Essa individualização se expressa no corpo do ator social e nos objetos que o acompanham (...). A relação entre identidade — pessoal e étnica — e a categorização do corpo, distingue não só o indivíduo dentro de um grupo, como o próprio grupo frente aos demais (...). A personificação do corpo acompanha o indivíduo em todo o seu ciclo de vida, sobretudo nos ritos de passagem (RIBEIRO, 1987, p. 23).

Um exemplo emblemático da relação gênero-infância-corpo-rito de passagem, que se mantém presente no ritual funerário em muitos contextos arqueológicos, pode ser observado na materialização de um adorno labial denominado tembetá, que expressa ao mesmo tempo a identidade coletiva e a individual. Alguns estudos antropológicos têm identificado a prática de incorporação do adorno no Brasil, demonstrando que ele é simbolicamente inserido e intencionalmente mantido associado ao corpo não só durante, mas após o rito de iniciação, quando a criança do sexo masculino (na maioria dos casos) é incorporada ao grupo, passando a desempenhar papéis sociais específicos.

A mitologia Kaiová (Mato Grosso do Sul, centro-oeste brasileiro) diz que o rei dos deuses ordenou um ritual de purificação, o “fura lábios”, uma prática realizada somente pelo cacique, na qual ele deve perfurar os lábios dos meninos de oito anos e introduzir os tembetás, ornamentos masculinos em forma cilíndrica, uma espécie de bastão feito de resina de árvore (PASCHOAL, 2002).

Entre os Xetá (Paraná, Brasil), o tembetá é um item muito importante na identificação do indivíduo como membro da sociedade. Os papéis de gênero começam a ser construídos na infância e a identidade masculina relaciona-se fundamentalmente ao uso do tembetá. Diferentes matérias primas, tais como ossos, sílex e madeira, eram empregadas no passado para a produção do tembetá. Entretanto, atualmente utilizam um tembetá confeccionado com resina de jabotá, com cerca de 8 cm de comprimento. Para a confecção do adorno Xetá é utilizada uma espátula de madeira, que leva a resina ao fogo para ser aquecida e moldada na forma de um pino, concomitantemente é esmerilhado com um instrumento lítico delicado. Em seguida, a peça recebe um polimento feito com folhas de embaúba e também com a própria oleosidade da pele do artesão, friccionando-o contra o rosto. Para usá-lo, os Xetá fixavam o adorno de resina em uma travessa de madeira colocada no lábio inferior (FARIAS, 2015).

Entre os Matis (Amazonas, Brasil), por sua vez, quando chega a puberdade, é o momento de perfurar o lábio inferior. Uma prática executada tanto para meninos quanto para meninas. As mulheres começavam a usar o *kwiot* (enfeite labial), feito de madeira clara, à época dos primeiros relacionamentos sexuais, colocado no lábio inferior e com o qual se deve ter muito cuidado. Já os meninos e jovens não davam tanta atenção aos seus adornos, talvez por serem bem menores, mas simbolicamente colocados no lábio superior. Os homens, chefes de família, geralmente usavam mais o enfeite labial de madeira negra, mas possuíam outro ornamento que era posto no lábio superior. Sabe-se que, para esse povo, o adorno baixo é feminino e o alto, masculino, associado ao fato de que a rede do homem deveria ser sempre colocada em cima da mulher (ERIKSON, 1996).

Na América do Sul, de uma maneira geral, reservam-se os adornos labiais para os homens, nos quais as citadas peças são encaixadas em um suporte de resina, a fim de serem inseridos entre o lábio e a gengiva inferior (MENEZES, 1997, p. 417-22).

Na Cultura Tupiguarani, que ocupou o litoral brasileiro, no século XVI, à época do contato com o europeu, pode-se destacar que seus tembetás apresentavam uma forma típica em T. Eram peças de esmerado acabamento, confeccionadas em matéria-prima mais dura, e encontradas normalmente nas urnas funerárias, na quais acompanhavam o esqueleto de seu dono. Costuma-se associar os tembetás aos homens adultos (PROUS, 1992, p. 403). Os papéis sociais relacionados ao sexo do indivíduo eram bem definidos: aos homens, cabia aquilo que exigia grande dispêndio de energia e grande deslocamento (caça, pesca com flechas, mergulho, guerra, derrubada de árvores para coivara). Com a idade, suas responsabilidades dos homens aumentavam e isto era materialmente simbolizado pela troca de seus adornos labiais: os tembetás. Os das crianças eram de chifre de veado, depois de osso ou concha, e posteriormente, já adultos, recebiam um tembetá de rocha esverdeada.

Conforme Mauss (1974), então, o corpo se constitui num importante veículo cultural de comunicação, uma vez que nele se encontrariam marcadas diferentes significações sociais. Cada indivíduo, então, expressaria sua cultura sobre a própria pele, através de diversas formas de comportamento.

As crianças são efetivamente os veículos principais de cultura ao longo das gerações que se sucedem, pois é através de seu aprendizado e manipulação que a cultura é transmitida, transformada, materializada e consubstanciada no corpo. A infância parece ser, então, um marcador importante para se entender a construção de gênero numa dada sociedade. O mundo das crianças nos permite ver como os processos de reprodução cultural ocorrem, bem como nos faz perceber que as crianças são ativos contribuintes mais que simples expectadores dos complexos processos de continuidade e mudança (LUCY, 2005, p. 59).

Outro exemplo de cultura material importante na construção de gênero a partir da infância é o arco e flecha, preferencialmente relacionados ao mundo dos meninos. Trata-se de um instrumento utilizado para caçar e pescar animais, e também para defesa individual e coletiva, cujo funcionamento está condicionado ao emprego de ambos ao mesmo tempo. No que tange à caça, há grande variedade na morfologia do arco e flecha cada qual apropriada para determinado tipo e tamanho de animal, ainda que seus usos não sejam comuns a todos os grupos indígenas brasileiros.

Segundo Farias (2015), os arcos e flechas eram instrumentos indispensáveis para os índios Xetá. Eles confeccionavam arcos com o cerne do ipê duro (araraúte), cujo tronco era desbastado até atingir cerca de três centímetros de diâmetro. A madeira era, então, polida com folhas de embaúba e depois mergulhada no rio durante alguns dias para aumentar sua flexibilidade. Para obter a curvatura do arco, aquecia-se a madeira sobre brasas e trabalhava-se com o auxílio das mãos e pés. As hastes das flechas eram feitas de bambu e a ponta entalhada com madeira de alecrim. A morfologia das pontas de flecha era variada, tais como virote, serrilhada unilateral e lanceolada, cuja utilização variava de acordo com o tipo de caça desejada.

O arco e a flecha também recebiam polimento especial feito de uma mistura de casca de ipê, cinzas e água. Esse procedimento também impermeabilizava a madeira, conferindo-lhe uma coloração ferrugem. A corda do arco era confeccionada pelas mulheres, com fibras de caragatá. Os meninos Xetá desde muito cedo começavam a aprender com seus pais as atividades definidas coletivamente como masculinas, de modo especial o manejo do arco e da flecha, tendo suas primeiras experiências usando como alvo borboletas e besouros.

As Crianças da Gruta do Gentio II

A Gruta do Gentio II (16° 15' LS / 46° 02' WGr) insere-se na paisagem do noroeste de Minas Gerais, num extenso paredão calcário com 2,5 km de extensão, nas terras da Fazenda Vargem Bonita, município de Unaí. O sítio possui 200 m² de área interna e dista cerca de 500 m do córrego mais próximo.

Foi descoberto durante a Frente Operacional VII no ano de 1973 dentro do Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do São Francisco – PROPEVALE, coordenado por Ondemar Dias Jr, que abrangeu os municípios de Paracatu e Unaí. Após a sondagem inicial em 1973, que comprovou o seu potencial, o sítio arqueológico Gruta do Gentio II passou por quatro etapas sistemáticas de escavação (1976, 1977, 1984, 1987) durante as quais foram decapados cerca de 140 m² do sítio (DIAS JR *et al.*, 1976; SENE, 1998).

A Gruta do Gentio II compõe-se de três aberturas, sendo que a maior ocorrência de vestígios arqueológicos concentra-se no salão central, que durante o inverno

é abastecido por luz solar quase todo o dia. Este, com abertura superior a 3 metros, foi parcialmente obstruído por sucessivos desmoronamentos ao longo de milênios, fazendo com que o local nunca dispusesse de muito espaço para permanência. Possui cerca de 16 metros de comprimento no sentido norte/sul por 12 metros no sentido leste/oeste.

Dentre os sítios pré-históricos de populações horticultoras ceramistas do interior do Brasil, destaca-se a importância da Gruta do Gentio II por seu contexto cultural como um todo e pelas evidências antigas de domesticação de plantas, datadas entre 3.500 e 500 anos A.P. (DIAS, CARVALHO, 1981/82; MACHADO, 1990).

Trata-se de um local prioritariamente utilizado para a realização de rituais funerários complexos entre 3.500 e 500 anos A.P., totalizando vinte e três (23) estruturas, que foram cuidadosa e intencionalmente demarcadas e sucessivamente reutilizadas ao longo do período em questão, possivelmente por grupos familiares, compondo cinco conjuntos distintos (SENE, 2008).

Dentre essas estruturas, onze delas possuem vinte e quatro crianças em diferentes etapas de desenvolvimento. A presença da mulher é constante e aparece em nove delas, sendo duas com a ocorrência de um adulto masculino também. As outras duas estruturas restantes correspondem a sepultamentos exclusivamente de crianças: uma, de dois recém-nascidos e outra, de uma criança de 9 anos. Esta última criança, parcialmente mumificada, destaca-se pela quantidade, qualidade e variedade de objetos associados. São adornos de diferentes tipos de sementes e de dentes de animais em diversas partes do corpo, cordéis, fragmentos de uma esteira e de uma rede que provavelmente envolviam o corpo, além variados vegetais que forravam a cova e pigmento amarelo em torno da mesma (SENE, 2008) (Figura 1).



Figura 1: Estrutura funerária da criança de 9 anos na Gruta do Gentio II

Fonte: Acervo IAB.

Quanto às condições de saúde dessa criança, podemos dizer que não eram as melhores, uma vez que apresentava desgaste dentário leve entre os incisivos e molares superiores e inferiores, além de dois tipos de parasitos humanos, através de exames especializados de pesquisadores da FIOCRUZ (MACHADO *et al.*, 1981/1982).

Com base numa tomografia computadorizada realizada no Hospital Universitário da UERJ, por intermédio da FIOCRUZ, mais uma surpreendente descoberta: um possível arco em madeira ainda com o cordel em uma das extremidades, justaposto ao tórax e sob o fardo, cuja comprovação foi feita por meio de uma delicada investigação *in loco* (MEIER *et al.*, 2011) (Figura 2).



Figura 2: Detalhe da extremidade do arco junto ao fardo da criança de 9 anos
Fonte: Sheila Mendonça de Souza.

O tratamento funerário diferenciado dado a essa criança de 9 anos parece indicar a construção de gênero começava realmente na infância cujos papéis sociais passavam a ser definidos em vida e necessariamente consubstanciados no corpo por ocasião da morte. Ainda que possamos pensar nessa criança como portadora de um *status* diferenciado dentro grupo, seja por merecimento seja por herança familiar, o foco está aqui direcionado para a exaltação de sua identidade individual e social tendo como veículo o ritual funerário. A presença do arco parece demonstrar que um novo ciclo de vida se iniciava, marcando a vida do indivíduo e do grupo familiar, um rito de passagem da vida transferido para o contexto da morte. Assim, os ritos situam as crianças na trama de relações sociais e dizem quem elas são.

Se seu ritual foi complexo, sua vida como a das demais crianças da Gruta do Gentio II não parece ter sido fácil, expostas a condições precoces de estresse nutricional, já nasciam com uma carência nefasta, destinadas a lutar para “sobreviver” nos primei-

ros anos de vida. Aquelas que conseguiram suplantar o primeiro ano de vida, cerca de 70 % delas, sucumbiram no período de desmame (37,50%); e não podia ser diferente, pois suas dentições, a partir dos 4 anos de idade, já apresentam marcas abrasivas leves e moderadas, cálculos e cáries.

Assim, três períodos de transição durante o ciclo de vida dessas crianças aparentemente existiram e foram socialmente reconhecidos: o primeiro foi entre o nascimento e 1 ano; o segundo, de 1 a 5 anos, com fortes vínculos com o período de desmame e, por último, em torno dos 8 ou 9 anos, relacionado provavelmente ao início da transição para a vida adulta.

Destaca-se ainda outra estrutura funerária de uma mulher adulta com idade entre 20 e 22 anos e duas crianças, sendo uma entre 6 meses e 1 ano e outra entre 6 e 8 anos. Trata-se de um contexto funerário recorrente na Gruta do Gentio II: mulher-mãe e suas crianças. Nesta estrutura, observamos a presença de um único exemplar de um “pequeno tembetá”, em associação com uma criança de 6 a 8 anos, morfologicamente menor e mais delgado se comparado àqueles encontrados junto ao corpo de alguns indivíduos adultos masculinos. Trata-se de um artefato cuidadosamente polido, inteiro, cilíndrico, de pequenas dimensões com uma extremidade mais larga, em saliência (lembrando uma “cabeça de prego”), possivelmente para ajudar na fixação do adorno, confeccionado em sílex de coloração bege clara com manchas esbranquiçadas (dimensões: 2,8 cm de comprimento, 0,6 cm de diâmetro maior e 0,4 cm de diâmetro menor) (Figura 3).



Figura 3: Tembetás da Gruta do Gentio II, da esquerda para a direita

Legenda: (1) criança entre 6 e 8 anos e homens entre (2) 30/40 anos, (3) 25/30 anos, (4) 22/25 anos e (5) 40/45 anos

Fonte: Glaucia Malerba Sene.

É possível observar na imagem que o pequeno tembetá corresponde à criança aparentemente recém-incorporada ao mundo dos adultos e apta ao desempenho de

papéis sociais. Entretanto, percebe-se ainda que a identidade adquirida por volta dos 8 anos de idade também ia sendo modificada e materializada pela troca e incorporação de novos adornos labiais, mais longos e gradativamente mais espessos, de acordo com os ciclos de vida de cada indivíduo.

No sítio em questão, podemos pensar nos tembetás não só como símbolos de construção de gênero através da idade, mas também como elementos de identidade étnica, como no caso da peça em forma de T, típica de grupos tupiguarani, presentes e ressignificados no rito funerário.

Algumas Reflexões

O estudo de gênero e idade apresenta elementos fundamentais na construção social da diferença e é caracterizado pela inter e multidisciplinaridade. Nem um nem outro pode ser pesquisado de forma isolada, pois estão intimamente relacionados à formação da identidade individual e coletiva.

As crianças, por sua vez, não só vivem ao redor dos adultos, com quem compartilham os espaços da vida, mas criam e mantêm seus próprios mundos. Elas contribuem para a cultura do grupo a partir de suas próprias construções, através dos quais recebem, percebem, assimilam, ressignificam e reproduzem o conhecimento inicialmente transmitido.

Aparentemente, as mudanças de gênero ou dos papéis sociais vão gradativamente ocorrendo ao longo dos ciclos de vida das crianças, mas sempre sob a observância dos mais velhos. Neste sentido, o corpo e a cultura material podem ser excelentes marcadores, uma vez que o espaço da corporalidade é a um só tempo individual e coletivo, social e natural, e o simbolismo corporal assemelha-se a um código que expressa a estrutura social dessas populações indígenas no passado. Para Viveiros de Castro (1996, p. 131), “o corpo humano é o instrumento fundamental de expressão do sujeito e ao mesmo tempo o objeto por excelência, aquilo que se dá a ver a outrem”.

Desempenhando diferentes papéis de gênero ao longo da vida, as crianças produzem e recebem “coisas” e se valem delas para construir seu próprio mundo. Reforçam-se paulatinamente os traços de identidade e os laços com a sexualidade e etnicidade.

Neste sentido, as crianças no registro arqueológico podem ser mais plenamente identificadas nos contextos funerários (estruturas fechadas com melhor preservação dos vestígios culturais), uma vez que as categorias de idade são fortes determinantes para as práticas mortuárias. No caso em questão, nossa ênfase foi direcionada para as categorias de idade das crianças e os marcadores materiais a elas associadas, tendo como referência estudos etnográficos. Unindo a materialidade do corpo e dos objetos (tembetá e arco), vislumbramos inferir alguns papéis sociais de crianças em contextos de liminaridade entre horticultores do interior do Brasil entre 3.500 e 500 anos AP. Neles, o espaço da morte também parece ser espaço de reprodução e ressignificação da vida.

O contexto funerário infantil com o tembetá não expressa apenas a reprodução direta da maturidade na infância ali representada, mas trata-se de um objeto identitário único pertencente ao mundo das crianças e por ele manipulado e ressignificado. Pode relacionar-se ainda a um episódio do longo processo de construção da masculinidade, tomando como base os exemplos etnográficos outrora expostos. O tembetá é aquilo que por estar no corpo e já fazendo parte dele, representa toda a resiliência do

indivíduo em formação – o elo de ligação com o mundo interior, íntimo, como parte do processo de construção da identidade de gênero ainda na infância.

O segundo caso de estudo apresentado, relacionado ao arco, parece seguir na mesma direção, à exceção do fato de estar fora do corpo, mas que faz uso dele para funcionar – o elo de ligação com o mundo exterior para construção da identidade de gênero na criança.

A Gruta do Gentio II, no norte de Minas Gerais, apresenta outros contextos funerários infantis para o período estudado, mas aqui destacamos aqueles que consideramos mais emblemáticos do ponto de vista das discussões sobre gênero e idade, ritos de passagem e a visibilidade da infância no registro arqueológico. Trata-se de objetos que podem ser encontrados em demais sítios arqueológicos, mas que até o momento não foram objeto de estudo e interesse na arqueologia brasileira para reflexões sobre a construção de gênero.

Através de pequenos tembetás e arcos, as crianças horticultoras da Gruta do Gentio II começaram a ser construídas socialmente e a construir a si próprios dentro de uma dinâmica e performance de gênero que foram intencionalmente mantidas até à morte, materializando no corpo e pelo corpo suas identidades em processo afirmação e de consolidação.

THE CHILDHOOD OF THE GENDER: THE VISIBILITY OF CHILDREN IN PREHISTORY OF NORTHERN MINAS GERAIS

Abstract: Based on the idea that the construction of gender happens over time, it is essential to regard childhood as a structuring category in this process. Such as gender, childhood is a social construction, besides being dynamic and contextual, it is also historical, because it is strongly linked to the different stages of life. Our study intends to demonstrate the relationship between gender, age, and socialization through material culture, emphasizing how gender construction starts during the childhood. For this our analytical reference materials came from funerary contexts of children of the Gentio Cave, in Minas Gerais. In addition, we have not solely focused on mortuary remains, but also in outstanding items that were put together in these contexts. Our theoretical approach based on postprocessualism, archaeology of gender, of identity, and of childhood through dialectical and interdisciplinary perspectives.

Keywords: *Gender. Age. Children. Funerary Rites.*

Referências

BAGWELL, Elizabeth. Ceramic form and skill: attempting to identify child producers at Pecos Pueblo, New Mexico. In: KAMP, K. (Ed). *Children in the prehistoric puebloan Southwest*. Salt Lake City: University Utah Press, 2002. p. 90-107.

BAKER, Mary. Invisibility as a symptom of gender categories in archaeology. In: MOORE, J.; SCOTT, E. (Ed). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into european archaeology*. London: Leicester University Press, 1997. p. 183-191.

BARNARD, A. The foraging mode of thought. In: STEWART, H.; BARNARD, A., Omura, K. (Eds.). *Self- and other-images of hunter-gatherers*. Osaka: Senri Ethnological Studies, n. 60, 2002. p. 5-24.

BAXTER, Eva J. *An archaeology of childhood: children and material culture in the 19th century America*. PhD Dissertation. Department of Anthropology, University of Michigan, Ann Arbor, MI: University Microfilms International, 2000.

BAXTER, Eva J. *The archaeology of childhood: children, gender, and material culture*. Walnut Creek, CA: Altamira Press, 2005.

BAXTER, Eva J. The archaeology of childhood in context. *Archaeological Papers of the American Association*, v. 15, p. 1-9, 2006.

BENEDICT, Ruth. *Zuni mythology*. New York: Columbia Press, 1935.

BENEDICT, Ruth *Padrões de cultura*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOGIN, Barry. Evolutionary hypothesis for human childhoods. *Yearbook of Physical Anthropology*, n. 40, p. 63-89, 1997.

BOGIN, Barry. Evolutionary and biological aspects of childhood. In: PANTERBRICK, Catherine (Ed.). *Biosocial Perspectives of Children*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.10-17.

CAPUTO, Virginia. Anthropology's silent "others": a consideration of some conceptual and methodological issues for the study of youth and children's Cultures. In: TALAI, V. A.; WULFF, H. (Eds.). *Youth cultures: a cross-cultural perspective*. New York: Routledge, 1995. p. 19-42.

CHAMBERLAIN, Andrew T. Commentary: missing stages of life – towards the perception of children in archaeology. In: MOORE, J.; SCOTT, E. (Ed). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into European archaeology*. London: Leicester University Press, 1997. p. 248-250.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DA MATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e modernidade. *Mana*, v. 1, n. 6, 2000.

DIAS JR.; Ondemar F.; CARVALHO, Eliana T. Discussão sobre os inícios da agricultura no Brasil. *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo horizonte, v. 6-7, p. 191-8, 1981/82.

DIAS JR., Ondemar F.; CARVALHO, Eliana T.; CHEUICHE, Lilia M. C. Pesquisas arqueológicas em Minas Gerais (Brasil): O PROPEVALE (Programa de Pesquisas Arqueológicas no Vale do São Francisco). Actes du XLIIe Congrès International Des Americanistes, *Congrès du Centenaire*, Paris, v. 9A, 1976.

ERIKSON, Philippe. *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil*. Edição a partir da publicação La griffe des aieux: marquage du corps et démarquages ethniques chez les Matis d'Amazone, 1996. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/matis/print>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ESCÓRCIO, Eliana M. *Pescadores-coletores do litoral do estado do Rio de Janeiro: um olhar sobre idade e gênero*. Dissertação (Mestrado) - Pós-graduação em Arqueologia, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FARIAS, Joseliane P. *Xetá*. 2015. Disponível em: <<http://tribosindigenasparana.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FINLEY, Nyree. Kid knapping: the missing children in lithic analysis. In: MOORE, J., SCOTT, E. (Ed). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into*

- European archaeology. London: Leicester University Press, 1997. p. 203-212.
- GINN, J.; ARBER, S. Only connect: gender relations and ageing. In: ARBER, S.; GINN, J. (Eds.). *Connecting gender and ageing: a sociological approach*. Buckingham: Open University Press, p. 1-14, 1995.
- GREENFIELD, Patricia. Children, material culture and weaning: historical change and developmental change. In: SOFAER-DEREVENSKI, Joanna. *Children and material culture*. New York: Routledge, 2000, p. 72-86.
- HARRIS, Judith R. *The nurture assumption: why children turn out the way they do*. New York: Free Press, 1998.
- HEWLETT, Barry; LAMB, Michael G. *Hunter-gatherer childhoods: evolutionary developmental and cultural perspectives*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2005.
- HIRSCHFELD, Lawrence. Why don't anthropologists like children? *American Anthropologist*, v. 2, n. 104, p. 611-627, 2002.
- HOCKEY, J.; JAMES, A. *Growing up and growing old: ageing and dependency in the life course*. London: Sage, 1993.
- INGOLD, Tim. Evolution of society. In: FABIAN, A. C. (Ed.). *Evolution: society, science and the universe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 79-99.
- JAMES, A.; PROUT, A. *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. New Haven: Farmer, 1990.
- KAMP, Kathryn; TIMMERMAN, Nicole; LIND, Gregg. Discovering childhood: using fingerprints to find children in the archaeological record. *American Antiquity*, v. 2, n. 64, p. 309-315, 1999.
- KAMP, Kathryn. Where have all the children gone? The archaeology of childhood. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 1, n. 8, p. 1-34, 2001.
- KAMP, Kathryn (Ed.). *Children in the prehistoric puebloan Southwest*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2002.
- KAMP, Kathryn A. Children in an increasingly violent social landscape: a case study from the American Southwest. *Childhood in the Past*, n. 2, p. 72-86, 2009.
- KONNER, Melvin. Hunter-gatherer infancy and childhood. In: HEWLETT, Barry; LAMB, Michael G. *Hunter-gatherer childhoods: evolutionary developmental and cultural perspectives*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2005. p. 19-46.
- LILLEHAMMER, Grete. A child is born: the child's world in an archaeological perspective. *Norwegian Archaeological Review*, v. 22, n. 2, p. 89-105, 1989.
- LILLEHAMMER, Grete. The world of children. In: SOFAER, Joanna (Ed.). *The transmission of knowledge*, 2000. p. 17-26.
- LILLIE, M. C. Women and children in prehistory: resource sharing and social stratification at the Mesolithic-Neolithic transition in Ukraine. In: MOORE, J.; SCOTT, E. (Eds.). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into European archaeology*. London: Leicester University Press, 1997. p. 213-228.
- LUCY, Sam. The archaeology of age. In: DIAS-ANDREAU, Margarita; LUCY, Sam. *The archaeology of identity*. New York: Routledge, 2005. p. 43-66.
- MACHADO, Lilia M. C. Sobre as práticas de funerárias de cremação e suas variações

em grutas do norte e noroeste de Minas Gerais. *Revista do CEPA*, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 17, p. 235-247, 1990.

MACHADO, Lilia M. C. et al. Estudo prévio de práticas funerárias e o encontro de parasitos humanos na Gruta do Gentio II, Unaí, MG. *Arquivos do Museu de História Natural*, v. 6/7, p. 207-219, 1981/82.

MAUSS, Marcel. *As técnicas corporais*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MEAD, Margareth. *Coming of age in Samoa: a psychological study of primitive youth western civilisation*. New York: Harper Collins Publishers, 2001.

MEIER, Debra K. et al. Acauá: CT scanning a mummified body from Gentio II cave, Minas Gerais, Brazil. *Yearbook of Mummy Studies*, v. 1, p. 99-107, 2011.

MENEZES, Rosângela. *Sociedade e tecnologia lítica, aspectos de ocupações pré-históricas no município de Varzelândia, Minas Gerais*. Tese (Doutorado) - Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MOORE, J.; SCOTT, E. (Ed). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into European archaeology*. London: Leicester University Press, 1997.

NUNES, Angela. A Sociedade das Crianças A'uwe-Xavante: revisitando um estudo antropológico sobre a infância. *Poésis*, Unisul, Tubarão, v. 4, n. 8, p. 342-359, 2011.

OAKLEY, A. *Sex, gender, and society*. London: Temple Smith and New Society, 1972.

PARK, L. *Size counts: the miniature archaeology of childhood in Inuit society*. *Antiquity*, n. 72, p. 269-281, 1998.

PASCHOAL, Guto. *Anciãos transmitem cultura indígena*. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/envelhecimento/texto/env06.htm>>.

Acesso em: 20 jan. 2018.

PEDRO, Wilson J. A. *Homens em metamorfose: A identidade masculina na contemporaneidade*. Taubaté: Volgal, 1998.

PIPER, Claudette. The morphology of prehispanic cradleboards: form follows function. KAMP, Kathryn (Ed.). *Children in the prehistoric puebloan Southwest*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2002. p. 41-70.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

RANGEL, Lúcia H. *Da infância ao amadurecimento: uma reflexão sobre rituais de iniciação*. *Interfaces*, n. 5, p. 147-152, 1999.

REGA, Elizabeth. Age, gender and biological reality in the Early Bronze Age cemetery at Mokrin. In: MOORE, J.; SCOTT, E. (Eds.). *Invisible people and processes: writing gender and childhood into European archaeology*. London: Leicester University Press, 1997. p. 229-247.

RIBEIRO, Berta G. Introdução: a linguagem simbólica da cultura material. In: RIBEIRO, B. (Ed.). *Suma etnológica brasileira*. Tecnologia indígena. Petrópolis: Vozes, FINEP, v. 3, p. 15-28, 1987.

SCHLEGEL, A. A cross-cultural approach to adolescence. *Ethos*, v. 1, n. 23, p. 15-32, 1995.

SENE, Gláucia A. M. *Rituais funerários e processos culturais: os caçadores-coletores e horticultores pré-históricos do noroeste de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

- SENE, Glaucia A. M. *Indicadores de gênero na pré-história brasileira: contexto funerário, simbolismo e diferenciação social. O sítio arqueológico Gruta do Gentio II, Unaí, Minas Gerais. Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 413p.*
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. *Re-constructing archaeology: theory and practice.* New York: Routledge, 1994.
- SILLAR, Bill. Playing with God: cultural perceptions of children, play, and miniatures in the Andes. In: SOFAER-DEREVENSKI, Joanna (Ed.). *Perspectives on Children and childhood, Archaeological Review from Cambridge*, v. 13, n. 2, p. 47-63, 1994.
- SILVA, Alan C.; LÜDORF, Silvia M. A. Resenha: Gennep, A. V. Os ritos de passagem. *Pensar a Prática, Goiânia*, v. 15, n. 4, p. 1108-1113, 2012.
- SILVA, Aracy; NUNES, Ângela. Introdução: contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da criança. *Crianças Indígenas: ensaios antropológicos.* São Paulo: Global. 2002. p. 11-33.
- SILVA, Sergio F. S. M. da; CASTRO, Viviane C. de; LIMA, Danúbia Rodrigues de. Arqueologias do corpo e da sexualidade: possibilidades de estudos sobre morte e gênero na arqueologia brasileira. *Revista Clio, UFPE*, n. 1, p. 49-91, 2011.
- SOFAER, Joanna. Where are the children? Accessing children in the past. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 2, n. 13, p. 7-20, 1994.
- SOFAER, Joanna. Editorial. In: SOFAER, Joanna (Ed.). *Perspectives on Children and childhood, Archaeological Review from Cambridge*, v. 13, n. 2, p. 1-6, 1994a.
- SOFAER, Joanna. Where are the children? In: SOFAER, Joanna (Ed.). *Perspectives on Children and childhood, Archaeological Review from Cambridge*, v. 13, n. 2, p. 7-20, 1994b.
- SOFAER, Joanna. Engendering children, engendering archaeology. In: MOORE, J.; SCOTT, E. (Eds.). *Invisible people and processes.* Leicester: Leicester University Press, p.192-202, 1997.
- SOFAER, Joanna. Gender archaeology as contextual archaeology: a critical examination of the tensions between method and theory in the archaeology of gender. PhD Thesis. University of Cambridge, Cambridge, 1998.
- SOFAER, Joanna. *Children and material culture.* London: Routledge, 2000.
- SOFAER, Joanna. *Body as material culture: a theoretical osteoarchaeology.* Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SORENSEN, Marie L. *Gender archaeology.* Cambridge: Polity Press, 2000.
- VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem.* Petrópolis: Vozes, 1978.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.
- WHITTLESEY, Stephanie. The cradle of death: mortuary practices, bioarchaeology, and the children of Grashoper Pueblo. In: KAMP, Kathryn (Ed.). *Children in the pre-historic puebloan Southwest.* Salt Lake City: University of Utah Press, 2002, p. 152-168.
- WILKIE, Laurie. Not merely child's play: creating a historical archaeology of children and childhood. In: SOFAER-DEREVENSKY, Joanna (Ed.). *Children and material culture.* New York: Routledge, 2000. p. 100-114.